

Constituinte começa a votar, mas adia guerra

Sessão de hoje aprecia preâmbulo e princípios fundamentais, que não levam grupos ao confronto

GIVALDO BARBOSA



Os seguranças do Congresso redobram a atenção sobre quem circula no prédio

Votação, espetáculo para poucos

Assistir ao vivo as votações do projeto de Constituição a partir de amanhã vai ser um privilégio de poucos: nas galerias poderão ficar apenas 438 convidados, com senhas distribuídas pelos constituintes e jornalistas credenciados. As senhas, que antes eram entregues aos partidos, proporcionalmente às bancadas, agora serão dadas individualmente a cada constituinte. Eles vão receber oito senhas para cada dez dias, com a identificação do dia em que a senha poderá ser usada.

A escassez de senhas levou alguns partidos, como o PT e o PC do B, a centralizarem na liderança os convites recebidos por toda sua bancada, a fim de distribuí-los de acordo com o assunto discutido no dia. Nos primeiros dias de votação, por exemplo, o PT pretende convidar membros do Movimento Negro interessados em acompanhar a votação da emenda da deputada Benedita da Silva (PT/RJ) que propõe o rompimento de relações do Brasil com países que adotam políticas oficiais de discriminação racial.

Na opinião do deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), o novo sistema adotado para a distribuição das senhas tem o objetivo de auxiliar o Centrão, que poderá dispor de todas as se-

nhas recebidas por seus membros do PMDB. "Se eles não colocarem gente aqui, vão impedir que a gente coloque", comentava Aldo Arantes. Segundo o deputado Dasso Coimbra (PMDB/RJ), o Centrão não tem ainda nenhuma estratégia para a ocupação das galerias. As suas senhas, ele garante que sequer vai usar. "Vou deixar para ceder a algum colega que precise".

A expectativa do início das votações começou a agitar o prédio do Congresso desde ontem. Nos corredores, muitas caras novas dividiam o espaço com os encarregados de recolher as 56 assinaturas para os pedidos de preferências. Para o pessoal da segurança, foi o dia do teste final no esquema reforçado que pretende impedir o acesso ao plenário e trânsito nos salões verde e azul a qualquer um que não seja parlamentar, ex-parlamentar, funcionário em serviço ou jornalista credenciado.

Os 150 seguranças encarregados do policiamento interno receberam o reforço de mais 50 homens que costumam ficar na parte externa do prédio. O policiamento externo desta vez será feito por 100 PMs cedidos pelo governador José Aparecido. Segundo o diretor da segurança, Fernando Paluci, os PMs têm instruções para apenas "disci-

plinar" as pessoas que eventualmente se reúnam do lado de fora, não permitindo depredações.

Paluci comenta que é difícil impedir as manifestações "ordeiras" porque "está é uma Casa política e nós temos que ter flexibilidade". Para o acesso às galerias, no entanto, o controle será rigoroso. A primeira triagem vai ser feita ainda na rampa, "para evitar aglomerações na porta do prédio" e depois de passarem por mais duas barreiras de segurança, os convidados ainda terão que atravessar a porta detectora de metais, que denuncia o porte de armas.

Antes de entrar nas galerias, os visitantes têm que deixar na portaria bolsos, faixas e até revistas ou jornais. "O convidado está lá para ouvir os discursos, não pode se distrair", observa Paluci. No plenário, o controle rigoroso da entrada não será suficiente para impedir a superlotação. Além dos 559 constituintes — dos quais, cerca de 100 ficarão de pé por falta de cadeiras — está prevista a presença de uma centena de ex-parlamentares, cerca de 130 jornalistas e assessores em serviço. "Estamos prevenindo o congestionamento até dos corredores que dão acesso ao plenário", comenta Paluci.

— Pode ser que se aprove emendas substitutivas ou supressivas sem que haja outras que as substituam, criando os tais buracos ne-

Passados mais de dois meses do encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização — período em que as matérias constitucionais deixaram de ser votadas devido à alteração do regimento —, hoje finalmente o Projeto de Constituição chega ao plenário. Mas a prometida guerra dos 559 constituintes, divididos entre o texto aprovado pela Sistematização e o substitutivo do Centrão fica para depois.

A primeira sessão está marcada para as 14 horas e a pauta prevê para hoje a votação do Preâmbulo e o Título I (princípios fundamentais, assuntos que não levam os grupos a um confronto. Mas a votação só será possível se a mesa conseguir contornar a confusão que deverá tomar conta do plenário, causada pelas inúmeras questões de ordem sobre a aplicação do regimento, que muitos não sabem ainda como funcionar, na prática.

Como no início do processo de votação na Comissão de Sistematização, os líderes de partidos esperam que este tumulto aconteça só nas primeiras sessões, até que os 559 constituintes se familiarizem com as novas regras regimentais. O líder do PCB, Roberto Freire, lembra que no início as votações da Sistematização foram marcadas por atropelos e intermináveis questões de ordem, mas com as orientações da Mesa e a prática regimental, o ritmo dos trabalhos tornou-se mais acelerado dia após dia.

A questão da "prejudicialidade", para o deputado José Genoíno Netto (PT/SP) — apontado pelo senador Afonso Arinos (PFL/RJ) como ótimo regimentalista — será uma das maiores causadoras de problemas no plenário durante a votação. Ele explica que os constituintes não terão noção se determinada emenda, aprovada ou suprimida, irá prejudicar ou não outros pontos do texto. Como exemplo de matérias conflitantes, Genoíno cita o título que trata da Reforma Tributária. Pode ser que se aprove uma emenda nesta área que logo adiante seja conflitante com o que prevê o texto do projeto.

— Pode ser que se aprove emendas substitutivas ou supressivas sem que haja outras que as substituam, criando os tais buracos ne-

— completa Roberto Freire. — Isso vai acabar quebrando a linha de coerência do texto global.

O líder do PCB considera que os problemas causados pelo regimento serão ainda mais complexos no plenário, por envolver não apenas 93 parlamentares, como na Sistematização, mas sim, 559. Mas ele diz que o tumulto inicial poderá ser mais facilmente solucionado com a experiência que os líderes dos partidos trazem do trabalho na própria Comissão.

Pelo lado ideológico da votação em plenário, José Genoíno garante que esta fase será transformada numa guerra de idéias, para a qual os dois lados estão bastante municiados. "Só não podemos deixar que esta guerra parta para o campo pessoal", alerta. Nesta guerra, enquanto o Centrão manipula todas as armas para colocar em plenário os 280 constituintes que precisa para segurar o texto do seu substitivo, par-

te do PMDB do senador Mário Covas e os pequenos partidos de esquerda já traçaram uma estratégia para "minar" ou "atomizar" o projeto do Centrão: são os DVS.

Em linguagem mais acessível, DVS nada mais é do que Destaque para Votação em Separado. Só o PMDB já apresentou 280 DVS com 188 assinaturas, e os pequenos partidos, juntos, perto de cinco centenas. Isso vai obrigar os membros do Centrão a permanecerem durante tempo integral no plenário sob risco de serem suprimidos capítulos, parágrafos e alíneas do seu projeto, em detrimento da manutenção do texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, explica que pode até ser que as votações se polarizem entre o projeto da Sistematização e o do Centrão no início, mas as discussões passarão a envolver ponto por ponto com as centenas de destaques para votação em separado. "Nós atomizamos substitutivo do Centrão com uma diversidade enorme de destaques e é impossível que os seus membros não votem diferente durante o tempo todo", prognostica Roberto Freire.

Esta será também uma fórmula de fazer com que os representantes do Centrão assumam publicamente a defesa das emendas apresentadas. "Com os destaques para votação em separado, os membros do Centrão, se quiserem ver vitoriosas suas teses no plenário, terão de subir à tribuna para fazer a defesa do capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Ai é que vamos ver quem tem coragem para arcar com o ônus que esta defesa acarretará", diz o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ).

PRIMEIRO CONFRONTO
Com previsão de prorrogação até a noite, se necessário, a primeira sessão de votação em plenário começa às 14 horas com o "pinga-fogo" — discursos feitos por constituintes, de 2,5 minutos — e o período de "comunicações de lideranças", por mais 30 minutos. Finalmente, às 15 horas, sob a presidência de Ulysses Guimarães, a Mesa colocará em votação as duas propostas de Preâmbulo — do Centrão em preferência à da Sistematização.

Sobre esta questão não deverá ocorrer muita discussão, já que até os partidos de esquerda consideram bom o texto do Centrão, que na verdade é de autoria do senador Afonso Arinos. Com destaques semelhantes, o senador Mário Covas (PMDB-SP) e José Genoíno (PT-SP) defendem a preservação de alguns trechos do preâmbulo da Sistematização. O destaque do PMDB visa recuperar a parte final do preâmbulo da Sistematização, suprimido pelo Centrão, que diz: "A soberania reside no povo, que é a fonte de todo poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo". Como a proposta do Centrão tem preferência automática, os defensores do destaque terão de colocar igualmente 280 constituintes em plenário para aprová-lo, e o Centrão também 280 para derrubá-lo.

Mas, se ainda persiste uma certa insegurança quanto à largura e ao comprimento dos bermudões, o mesmo não se pode dizer em relação às saias. Pelos salões do Congresso Nacional as mulheres estão usando e

EUGENIO NOVAES



A fotógrafa escapou ao crivo da segurança e circulou pelo Salão Verde

Seguranças decidem a moda do Congresso

SUELENE TELES
Da Editora de Política

Não queira nunca discutir moda com os seguranças do Congresso. Você pode estar elegantemente vestida, com linho ou seda, mas eles estão cumprindo ordens, e "ordens são ordens": mulher não entra nos salões Verde, Azul e no plenário usando a última moda deste verão — o bermudão, e os homens só com traje passado, ou seja, de paletó e gravata. Também não pense que você poderá argumentar que a norma antiquada é "ca-duca ou". Nada disso. Ela, pelo contrário, é tão moderna como a nova moda e foi regulamentada por um ato da Mesa da Constituinte — ato de nº 19 de 06/07/87 — que diz que "só pode frequentar as dependências do Congresso quem estiver convenientemente vestido". Na interpretação dos seguranças o bermudão é um traje inconveniente.

"Tem gente que confunde o Congresso com clube, com feira e vem para cá vestindo bermuda e camiseta cavada. Não adianta. Não entra mesmo. Pode ficar bravo e até xingar, mas estamos cumprindo uma determinação do chefe. A ordem é barrar mulher com bermuda e homem sem paletó e gravata". A informação é do agente de segurança Pedro Linhares, que atualmente vem se sentindo um pouco constrangido, por já não ter mais tanta certeza de estar agindo com rigor na observância dos trajés, principalmente os femininos. "Agora — disse ele — as mulheres inventaram um tal de bermudão, uma tal de saia calça, que acabam por confundir nossa cabeça. Eu olho e analiso e, se achar que não deve entrar, barro".

Mas, se ainda persiste uma certa insegurança quanto à largura e ao comprimento dos bermudões, o mesmo não se pode dizer em relação às saias. Pelos salões do Congresso Nacional as mulheres estão usando e

abusando de todos os comprimentos e larguras e, a minissaia é amplamente utilizada, assim como os decotes e as transparências. "Alô bem", disse Carlos Fonseca, um visitante de Curitiba, barrado na entrada do Salão Verde por estar em mangas de camisa. "Nunca vi tanta sursuza — continuou ele —, com um calor sufocante como o que está fazendo, todas essas exigências são absurdas".

"Não existe nenhum ato regulamentando decotes ou minissaias. E mais uma interpretação da segurança", defendeu-se Fernando Paolucci, chefe da segurança da Casa, para quem deveria existir muito mais rigor nos trajés, do que é observado hoje em dia. Paolucci garantiu que com a aproximação do dia em que começam as votações em plenário (hoje) a rigidez será mais intensa.

NO PASSADO
Apesar das queixas dos que são proibidos de entrar nas dependências, onde determinados trajés não são permitidos, não se pode esquecer que em

um passado próximo as mulheres não podiam sequer entrar no Congresso Nacional de calças compridas. A distensão para essa norma veio por volta de 1982, por ato do então presidente da Câmara Nelson Marchesan. Um funcionário antigo da casa chegou a dizer que "hoje isso aqui é um paraíso para os olhos, porque antes da permissão das calças compridas para as mulheres, não se via ninguém, só panos".

A jornalista Reiko Miura, que se tornou uma das vítimas do rigor dos seguranças e chegou a ser proibida de trabalhar no Salão Verde por estar com um bermudão, passou a ser uma das mais críticas defensoras da liberdade de se vestir o que quiser e o que puder. "Perdi quase meia hora tentando explicar para o segurança que meu traje não era inconveniente. Só depois de muita conversa ele permitiu que eu entrasse. Acho estranho, pois no mesmo dia vi dezenas de mulheres desfilando de minissaias pelos mesmos lugares".

O ato 19 da Mesa Constituinte que é tão rigoroso para alguns, é no entanto,

bastante flexível para outros. Nenhum segurança, por exemplo, tem coragem de chegar para um parlamentar, esteja ele vestido como for, e não é raro vê-los desfilando de mangas de camisa pelos salões, e proibir sua entrada ou circulação por qualquer dependência do Congresso. "Mas aqui é a Casa deles — justificou-se Fernando Paolucci. Não podemos barrar nenhum deputado. O máximo que podemos fazer é enviar um relatório ao corregedor da Mesa, que tem autoridade sobre os parlamentares, pedindo providências". O chefe da segurança disse ainda que esses "atos de indisciplina tendem a acabar, pois ontem mesmo o deputado Jorge Arbage, preocupado com tudo isso, enviou uma circular a todos constituintes, pedindo mais rigor no cumprimento das determinações da Casa".

Bermuda causa até detenção

Para demonstrar que não está mesmo disposta a conceder com relação ao ato da mesa, a segurança do Congresso mostrou seu poder de força ao deter ontem, por alguns minutos, o marido da presidente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Lúcia Carvalho. Ele foi detido, por ter interferido junto aos seguranças, no sentido de que deixassem entrar na Casa sua mulher, que estava trajando um bermudão. Nem uma coisa, nem outra. Ele foi detido e ela barrada. Uma jornalista também não pôde trabalhar no comitê de imprensa e nem entrar no plenário, por estar de bermudão. Só conseguiu passe livre, depois de ter ido em casa e trocado de roupa.

FOTOS: EUGENIO NOVAES



Minissaia: entra, com a bênção da segurança

Bermudão: fica de fora

Polêmica, só no capítulo 2

O primeiro confronto deverá ser registrado logo no início do título dos Princípios Fundamentais, no seu parágrafo único do artigo 1º, que diz: "Todo o poder pertence ao povo, que o exerce diretamente, nos casos previstos nesta Constituição, ou por intermédio de representantes eleitos". O substitutivo do Centrão o altera, deixando apenas: "Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido". Para este parágrafo existe outra emenda do PMDB no sen-

tido de preservar o texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

A pauta de hoje, na opinião do líder Mário Covas, não deverá despertar maiores polêmicas, sendo inclusive provável que seja esgotada nesta primeira sessão. O título II, que envolve, os direitos dos trabalhadores, entretanto, deverá acirrar a batalha em plenário, tumultuando mais os trabalhos e principalmente porque é um dos mais longos de todo o texto.

Senadores tentarão votar pacote fiscal

Os líderes de todos os partidos na Câmara e no Senado estão reunidos hoje, no final da tarde, no gabinete do senador Humberto Lucena, para marcar a data de votação dos oito decretos-lei do pacote fiscal, assinados no final do ano passado pelo presidente José Sarney. A iniciativa foi dos senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que pretendem mobilizar os congressistas para evitar que os decretos sejam aprovados por decurso de prazo.

Os decretos do pacote fiscal devem ser colocados em votação, pela proposta dos dois senadores, no próximo dia 10 de fevereiro. Para isso, eles devem en-

trar na pauta do Congresso, para discussão, já na próxima semana. Segundo Chiarelli, o principal desafio do Legislativo será o de mobilizar os parlamentares para garantir o quórum de votação, já que, uma vez colocados em pauta, eles terão pouco mais de um mês para serem apreciados.

— O Congresso se autoconvocou extraordinariamente especialmente para mostrar que estava acompanhando os atos do Executivo na área fiscal. Agora é a hora de o Legislativo mostrar que pode assumir maiores responsabilidades. Se não votarmos estes decretos convientes com as medidas do Executivo, avalia Chiarelli.

Deputado denuncia o PT

Teresina — O deputado federal Jesus Tajra (PFL-PI) denunciou em entrevista a TV Pioneira, de sua propriedade, que o Partido dos Trabalhadores (PT) está articulando um plano para tumultuar a Constituinte "caso suas propostas não sejam aceitas no plenário". Jesus Tajra enfatizou

que "a esquerda radical, representada pelo presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, tentará boicotar indefinidamente a feitura da nova Constituição, caso vejam seus interesses contrariados".

— O presidente do PT não pode fazer ameaças de que irá tumultuar a Consti-

tuinte. Não estamos lá para sermos ameaçados. E preciso, isto sim, que o diálogo prevaleça entre todos os segmentos da Constituinte.

O parlamentar paulense acredita, porém, que a atuação do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, contribuirá para evitar radicalismos no processo de votação.